



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DLA

RELATORIA: DLA

TERMO: À VOTAÇÃO DA DIRETORIA

NÚMERO: 70/2024

OBJETO: processo administrativo ordinário instaurado em face do agente regulado **IVAIR CAETANO DO NASCIMENTO**, CNPJ nº 05.768.137/0001-04.

ORIGEM: SUFIS

PROCESSO (S): 50500.365002/2023-83

PROPOSIÇÃO PF/ANTT: NÃO HÁ

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO – ACOLHENDO O RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PROCESSANTE.

## EMENTA:

PROCESSO ADMINISTRATIVO ORDINÁRIO. APURAÇÃO DE POSSÍVEIS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS À LEGISLAÇÃO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS. A EMPRESA **IVAIR CAETANO DO NASCIMENTO**, CNPJ nº 05.768.137/0001-04, POR CONDUTA OMISSIVA, DEIXOU DE CUMPRIR UM DEVER ADMINISTRATIVO DE ENVIAR OS DADOS DE MONITRIIP, INFRAÇÃO CONSIDERADA DE NATUREZA GRAVE POR DESCUMPRIR DETERMINAÇÃO RELATIVA À OPERAÇÃO DAS SUAS LINHAS. A COMISSÃO PROCESSANTE SUGERE A DIRETORIA COLEGIADA A SANÇÃO DE CASSAÇÃO DA DOS ATOS DE OUTORGA DO DIREITO DE OPERAÇÃO DA LINHA NOVA BELEM/MG - VITORIA/ES E RESPECTIVOS MERCADOS DA REGULADA.

## 1. DO OBJETO

1.1. Encaminhamento dos autos à Diretoria Colegiada, decorrente do encerramento dos trabalhos referentes ao processo administrativo ordinário instaurado em face do agente regulado **IVAIR CAETANO DO NASCIMENTO**, CNPJ nº 05.768.137/0001-04, conforme Portaria SUFIS nº 77, de 29 de novembro de 2023 (SEI 20632049), que constituiu Comissão de Processo Administrativo para apuração dos fatos noticiados nos autos dos processos 50500.317845/2023-73 e 50500.358886/2023-10.

## 2. DOS FATOS

2.1. Da verificação processual, constata-se os principais fatos, andamentos e documentos:

I - **Processo 50500.358886/2023-10**, do qual constam o documento SEI 20459168, com a reprodução do que constou do processo 50500.317845/2023-73 até a data de 24/11/2023, e os documentos referentes aos atos destinados à instauração do processo administrativo ordinário em referência.

II - **Processo 50500.317845/2023-73** (SEI 20459168), do qual consta e do qual se extrai, se constata e se observa o seguinte:

a) NOTA TÉCNICA SEI nº 7085/2023/SUFIS/DIR/ANTT (fls. 5 a 13 do doc. SEI 20459168) e respectivos anexos (fls. 14 a 151 do doc. SEI 20459168), com os resultados das atividades fiscalizatórias realizadas pela SUFIS referentes à operação de serviços regulares de transporte rodoviário interestadual de passageiros, quanto ao cumprimento das obrigações dispostas na [Resolução ANTT nº 4.499/2014](#), a qual define o tipo, a estruturação, a coleta, o armazenamento, a disponibilização e o envio dos dados coletados pelo Sistema de Monitoramento do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros - Monitriip.

b) No documento denominado "Anexo Critérios da Deliberação 134", discriminaram-se os dados relativos ao envio do Monitriip embarcado por reguladas diversas, dentre elas a **IVAIR CAETANO DO NASCIMENTO** (fl. 103 do doc. SEI 20459168).

c) Ou seja, a empresa **IVAIR CAETANO DO NASCIMENTO**, para a qual eram previstas **180 (cento e oitenta) viagens entre janeiro e julho de 2023**, não informou os dados relativos às viagens que deveria ter realizado, segundo o que lhe era determinado à época.

d) Conforme corroborado pela consulta ao BI de Monitriip, cujos dados são oriundos do [Portal de Dados Abertos da ANTT](#), também não ocorreu, por parte da empresa, o envio de dados do sistema Monitriip **não embarcado**.

e) Nesse contexto, nota-se que a conduta da empresa é compatível com o **descumprimento de requisito para a operação de mercados**, por conseguinte, de linhas, conforme a regra estabelecida pelo artigo 47 da [Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015](#).

f) Pela [Resolução ANTT nº 4.499/2014](#) são estabelecidas as condições e exigências para o envio dos dados coletados pelo Sistema de Monitoramento do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros, o que denota também o cometimento de irregularidades pela regulada quanto a este regulamento.

g) Da constatação, o Superintendente de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros entendeu restarem atendidos os requisitos para a adoção de medidas cautelares, visando à garantia do cumprimento da legislação e correção imediata das infrações, conforme declarado (fl. 12 do SEI 20459168).

h) Assim, foi publicada a [Portaria SUFIS nº 52, de 19 de outubro de 2023](#), pela qual foram suspensas as linhas da empresa.

i) Em consonância com a legislação aplicável e com o disposto no artigo 1º da Portaria SUFIS nº 52/2023, foi exarado despacho da SUFIS (fls. 222 e 223 do SEI 20459168) determinando a abertura de processos administrativos ordinários em face das reguladas constantes dessa Portaria, para apurar as supostas infrações decorrentes de condutas reiteradas de descumprimento da Resolução ANTT nº 4.499/2014. Nesse sentido, a SUFIS determinou a instauração deste processo administrativo sancionador para apuração de possível infração passível de sanção mais gravosa que advertência ou multa, ora cometida pela **IVAIR CAETANO DO NASCIMENTO**, consoante subsídios coletados da apuração fiscalizatória.

III - **Processo 50500.365002/2023-83**, do qual constam os atos realizados pela Comissão ao longo da instrução processual:

a) Por meio da [Portaria SUFIS nº 77](#), de 29 de novembro de 2023 (SEI 20632049), publicada em 1º de dezembro de 2023, foi instaurado o presente processo administrativo ordinário e designada comissão processante.

b) **Ata** (20699478) de reunião de 6 de dezembro de 2023, de abertura os trabalhos da comissão processante, em que se deliberou a notificação da regulada para apresentação, no prazo regulamentar, de defesa prévia.

c) **Notificação** (20712934) para apresentação de defesa, recebida pela empresa em 12 de dezembro de 2023, conforme aviso de recebimento (21169552).

d) **Ata** (21482814) de reunião de 17 de janeiro de 2024, da qual consta:

Considerando que não houve a apresentação de defesa escrita e também a possibilidade de produção de ofício de provas pela comissão processante, deliberou-se:

a) pela **juntada ao processo do BI individual da empresa IVAIR CAETANO DO NASCIMENTO**, CNPJ: 05.768.137/0001-04, considerando o período compreendido entre janeiro/2023 e julho/2023;

b) pela **juntada de documentos individuais de fiscalização** que se farão pelo **histórico de multas da empresa**, considerando também, o período compreendido entre janeiro/2023 e julho/2023; e

c) por fim, pela **consulta** se, após o prazo do notificação Portaria nº 52/2023/ANTT, a empresa regularizou o envio dos dados de MONITRIIP.

e) **Despacho** 21620145, de 27 de janeiro de 2024, da Coordenação de Processo Administrativo - CGPAS à Coordenação de Efetividade - COECO, pelo qual foi solicitado *"a apresentação, separadamente, dos dados disponíveis de MONITRIIP da empresa IVAIR CAETANO DO NASCIMENTO, CNPJ: 05.768.137/0001-04, relativos ao período compreendido: de 01/2023 até 07/2023, e de 08/2023 até 12/2023."*

f) **Despacho** 21620156, de 27 de janeiro de 2024, da Coordenação de Processo Administrativo - CGPAS à Coordenação de Monitoramento - CODMO, pelo qual foi solicitado *"a disponibilização do histórico de autos de infração da empresa IVAIR CAETANO DO NASCIMENTO, CNPJ: 05.768.137/0001-04, relativos ao período compreendido entre 01/2023 até 07/2023."*

g) **Despacho** 21649415, de 29 de janeiro de 2024, da CODMO à CGPAS, em resposta ao Despacho 21620156, pelo qual foi encaminhada *"a planilha com o Histórico de multas - IVAIR CAETANO DO NASCIMENTO (SEI nº 21649518)."*

h) **Despacho** 21696956, de 31 de janeiro de 2024, da COECO à CGPAS, em resposta ao Despacho 21620145, do qual consta que *"foi elaborado relatório com base nos dados disponíveis do Monitriip contendo detalhamento dos critérios da Deliberação nº 134/2018/DG/ANTT. Cabe ressaltar, a respeito da segmentação de datas solicitada, que todo o período entre 01/01/2023 e 31/12/2023 está atendido no presente relatório, porém, organizado apenas em meses completos, tendo em vista que as informações do Monitriip disponíveis nos Dados Abertos são consolidadas em bases mensais. O referido relatório está acostado a este processo no arquivo SEI nº 21696948."*

i) **Notificação** (21719003) para a regulada manifestar-se a respeito das provas juntadas (SEI 21649518 e SEI 21696948), recebida pela empresa em 6 de fevereiro de 2024, conforme documento (21929952).

j) **Ata** (22000766) de reunião de 26 de fevereiro de 2024, da qual consta que:

Verificou-se o decurso do prazo de **manifestação a respeito de provas produzidas no processo**, uma vez que a intimação foi-lhe entregue 06/02/2024 (SEI 21929952) tendo tido até 16/02/2024 para a apresentação de tal manifestação, o que não ocorreu.

Tendo isso em vista, decidiu a Comissão proceder ao encerramento da instrução processual, em conformidade com o artigo 18 da [Instrução Normativa ANTT nº 5, de 23 de abril de 2021](#), e com o artigo 92 do Anexo da [Resolução ANTT nº 5.083, de 27 de abril de 2016](#), e notificar a interessada, para que, assim desejando, manifeste suas **Alegações Finais**, bem como, caso queira, junte documentos que entender pertinentes, **no prazo de 10 (dez) dias**.

k) **Notificação** (22004825) para alegações finais, recebida pela empresa em 29 de fevereiro de 2024, conforme aviso de recebimento (22282778).

l) **Certidão** (22381110) da qual consta *"que verificando os autos do processo em referência o transcurso do prazo para apresentação, pelo regulado IVAIR CAETANO DO NASCIMENTO - CNPJ 12.423.586/0001-86, de Alegações Finais, uma vez que a intimação foi-lhe entregue 29/02/2024 (SEI 22282778) tendo tido até 10/02/2024 para a apresentação de tal manifestação, o que não ocorreu, e que, por isso, iniciar-se-á a elaboração do Relatório Final."*

m) **Portaria SUFIS nº 15**, de 25 de março de 2024 (22524458), pela qual foi prorrogado por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão.

n) Em 22 de maio de 2024, foi concluído o **RELATÓRIO FINAL CPA 22892026**, por meio do qual a Comissão de Processo Administrativo:

- sugeriu encaminhar os autos à Superintendência de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros - SUFIS, a fim de que essa unidade organizacional adote as providências necessárias e pertinentes à lavratura dos autos de infração decorrentes do não envio de dados de Monitriip relativos às viagens a que a empresa se encontrou obrigada a executar entre 01/01/2023 a 31/07/2023, tendo em vista a incidência, pela regulada, na conduta disposta no Art. 1º, II, "a" da [Resolução ANTT 233/2003](#).
- sugeriu à Diretoria Colegiada que aplique a sanção de cassação dos atos de outorga do direito de operação da linha [Nova Belem/MG - Vitória/ES \(06-9316-00\)](#) e respectivos mercados da regulada IVAIR CAETANO DO NASCIMENTO - CNPJ nº: 05.768.137/0001-04, **com fulcro no art. 78-H da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001**.

o) Na mesma data, conforme **Ata** de Reunião SEI 23610875, a Comissão Processante deliberou por aprovar o inteiro teor do Relatório Final e declarou encerrados os seus trabalhos.

### 3. DA ANÁLISE PROCESSUAL

3.1. A Comissão Processante aprovou o Relatório Final (SEI 22892026), do qual constam os seguintes apontamentos relevantes.

"(...)

A empresa **não encaminhou** a esta agência reguladora os dados do Sistema de Monitoramento do Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros - Monitriip no período de janeiro a julho de 2023, meses nos quais a empresa se encontrava obrigada ao envio, segundo consulta aos [dados abertos de Monitriip](#) no sítio eletrônico da ANTT, demonstrados a seguir.

A implantação de referido sistema de monitoramento integrava, à época dos fatos ora apurados, o conjunto de obrigações a que se encontram vinculadas as empresas de serviços de transporte de passageiros, conforme diplomas normativos a seguir, **tratando-se, assim, de requisito essencial**, insuperável e indispensável à operação dos serviços de transporte regular rodoviário de passageiros.

Nota-se, pois, que tendo a regulada sigo flagrada efetuando operação regular de transporte regular de passageiros sem o Monitriip embarcado e tendo deixado de enviar os dados do Monitriip a que estava obrigada, tem-se cristalino que ela, por **conduta omissiva, deixou de cumprir dever administrativo de fazer**, previamente disposto em regulamentação aplicável e, segundo a [Resolução ANTT 4.770/2015](#), vigente ao tempo dos fatos, indispensável à operação do serviço público que lhe fora

delegado, incorrendo em infração administrativa à legislação de transporte rodoviário de cargas e passageiros. Resta clara, assim, a **autoria** da regulada em relação aos ilícitos ora tratados.

É competência da ANTT, no exercício de seu poder regulamentar, elaborar e editar normas relativas à prestação de transporte de passageiros (Art.24, IV e XVIII da [Lei 10.233/2001](#)), podendo a referida agência estabelecer requisitos e obrigações a serem cumpridos pelos agentes outorgados, bem como, não obstante o disposto no Art. 78 da referida lei, definir infrações, sanções e medidas administrativas aplicáveis a tais serviços. Nesse sentido, tem-se por certo que aos delegatários dos serviços públicos regulados pela ANTT cabe o dever de cumprir as normas emanadas por essa agência, de maneira que a eventual omissão do agente regulado no cumprimento do regulamento deve ser objeto das medidas sancionatórias previstas na legislação aplicável.

Acerca das infrações em comento, tem-se evidente que a implantação do Monitriip permite a este órgão regulador o monitoramento dos serviços delegados, possibilitando a aferição remota do cumprimento ou descumprimento de diversas obrigações a que se vinculam os agentes regulados, tais como, mas não somente, aquelas relativas a: *execução das viagens a que se encontra obrigada; não execução de operações e de serviços aos quais não detém autorização; cumprimento de legislação atinente à jornada de trabalho de motoristas; alteração de esquema operacional de linha; velocidade do veículo em serviço; utilização de veículo sem aferição válida de cronotacógrafo; e execução de serviço mediante o uso de ônibus sem apólice vigente de seguro de responsabilidade civil.*

Não obstante, o monitoramento das atividades delegadas, efetuado por meio de acesso a dados e sistemas, permite à Administração Pública efetuar a análise dos serviços de maneira otimizada, mitigando-se substancialmente o dispêndio de recursos financeiros e humanos decorrentes do deslocamento dos agentes para a execução de operações presenciais. Também permite ganhos de escala, pois a quantidade de dados abarcados pelo monitoramento pode ser expressivamente elevada, permitindo ao regulador alcançar um diagnóstico dos serviços baseado em amostragens maiores, as quais permitem, pois, a efetuação de recortes de acordo com as subcaracterísticas dos grupos acerca dos quais se pretende obter o diagnóstico, permitindo, portanto, melhor direcionamento das ações regulatórias, em conformidade com o princípio da eficiência, esculpido no Art. 37 da [Constituição Federal/1988](#).

Destarte, a conduta infracional ora tratada, consubstanciada no **descumprimento dos deveres de trafegar em serviço com o equipamento de Monitriip e de enviar os dados de Monitriip** nos termos dispostos na [Resolução ANTT 4.499/2014](#) é profundamente atentatória aos princípios da legalidade, da eficiência, da supremacia e da indisponibilidade do interesse público, vez que, ao dificultar sobremaneira o acesso da fiscalização às informações relativas ao serviço operado, dificulta à ANTT mitigar os riscos inerentes a falhas na prestação e onera o Estado com despesas evitáveis, destinadas à execução de operações presenciais.

Isso posto e considerando o descumprimento, pela empresa, do regulamento atinente ao Monitriip, havido com contumácia, essa consubstanciada, inclusive, na já demonstrada permanência na conduta infracional (**materialidade**) cujas consequências gravosas se encontram alhures mencionadas, tem-se por certo que houve cometimento de **infração de natureza grave**.

A empresa **IVAIR CAETANO DO NASCIMENTO**, CNPJ: **05.768.137/0001-04** é detentora do TAR J004, em situação não habilitada e com validade amparada em decisão judicial.

Encontra-se em situação inapta junto à Receita Federal do Brasil, em razão de omissão de declarações.

Conforme já mencionado, em 20 de outubro de 2023, foi publicada a [Portaria SUFIS nº 52/2023](#), que aplicou medida cautelar de suspensão de todas as suas linhas.

Nesse contexto, possui atualmente a regulada **IVAIR CAETANO DO NASCIMENTO ME**, conforme consulta no SGP, somente a linha base [Nova Belem/MG - Vitoria/ES \(06-9316-00\)](#) que se encontra **paralisada** em decorrência do disposto na [Portaria SUFIS nº 52/2023](#).

Com base no Anexo Levantamento Histórico Als (SEI 22014846), não se observa atuações sob o código 209, restando **afastada a configuração de reincidência específica**.

Para fins de configuração de reincidência genérica, toma-se como parâmetro o auto **PASLD00256742019** cujo trânsito em julgado ocorreu em **05/05/2022**.

Ainda não houve o chamado trânsito administrativo em julgado referente a tais autos de infração, visto que ainda não foi devida e completamente oportunizados à empresa o contraditório e a ampla defesa, portanto, **resta também afastada a presença de reincidência genérica**.

Por conseguinte, e como circunstância atenuante observa-se a inexistência de infrações que tiveram o mesmo fato gerador, definitivamente julgadas, praticadas pelo mesmo infrator nos três anos anteriores, conforme inciso III do parágrafo 1º art. 67 da [Resolução ANTT 5.083/2016](#).

Portanto, da análise da conduta da empresa frente aos critérios ora trazidos, tem-se que a regulada **cometeu infração grave, já que, com contumácia, ao arrepio da legislação, deixou de enviar os dados de Monitriip à ANTT, em clara afronta aos princípios da legalidade, da eficiência, da supremacia e indisponibilidade do interesse público, conforme cabalmente demonstrado do presente relatório**.

Destarte, constatado que a empresa cometeu infração de natureza grave e incorreu em reincidência genérica, deve ser-lhe aplicada penalidade de cassação, pois adequada, necessária e proporcional à gravidade e à reprovabilidade da conduta ilícita.

Cita-se, então, o disposto no PARECER n. 00364/2022/PF-ANTT/PGF/AGU, de 16 de dezembro de 2022, acerca da possibilidade de cassação de mercados.

Tendo em vista o parecer citado e o objeto de apuração do presente processo e, considerando que a regulada incorreu em infração de natureza grave ao descumprir, com contumácia, determinação relativa à operação das suas linhas, além de possuir reincidência genérica, tem-se por certo que a penalidade de cassação das linhas que a empresa possui autorização para operar, estejam elas suspensas ou não, se mostra adequada, necessária, proporcional e em conformidade com os princípios da legalidade, da proporcionalidade, da supremacia e da indisponibilidade do interesse público.

(...)"

3.2. Em consonância com a constatação de que a regulada incorrera em infração de natureza grave, a Comissão Processante entendeu aplicável a **sanção de cassação do ato de outorga** da linha a que a empresa se encontra autorizada a operar:

*Ex positis*, em estrita observância ao prazo estabelecido para a entrega do Relatório Final, tendo a presente Comissão formado seu convencimento motivado a respeito dos fatos relatados nestes autos, com base nas razões e fundamentos fático-jurídicos acima esposados, obedecendo-se ao disposto na legislação aplicável, em especial ao artigo 37, *caput*, da [Constituição Federal/1988](#), ao artigo 2º, *caput*, parágrafo único e incisos da [Lei 9.784/1999](#), ao artigo 67, *caput* e §§ 1º, 2º e 3º, do Anexo da [Resolução ANTT 5.083/2016](#), e considerando-se a comprovada ocorrência de infração grave relativa a transporte regular rodoviário de passageiros, a Comissão de Processo Administrativo Ordinário sugere a essa Diretoria Colegiada: a **cassação dos atos de outorga do direito de operação da linha Nova Belem/MG - Vitoria/ES (06-9316-00) e respectivos mercados da regulada IVAIR CAETANO DO NASCIMENTO - CNPJ nº: 05.768.137/0001-04, com fulcro no art. 78-H da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001**.

3.3. Indicou, ainda, o encaminhamento dos autos à SUFIS para a adoção das providências relativas à lavratura dos autos de infração decorrentes do não envio de dados de Monitriip pela regulada:

Sugere-se que sejam os autos encaminhados à Superintendência de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros - SUFIS, a fim de que essa unidade organizacional adote as providências necessárias e pertinentes à lavratura dos autos de infração decorrentes do não envio de dados de Monitriip relativos às viagens a que a empresa se encontrou obrigada a executar entre 01/01/2023 a 31/07/2023, tendo em vista a incidência, pela regulada, na conduta disposta no Art. 1º, II, "a" da [Resolução ANTT 233/2003](#).

3.4. Foram esses os principais atos, fatos e apontamentos efetuados pela comissão processante.

3.5. Conforme os autos, entende-se pela adequação da sugestão à Diretoria Colegiada da ANTT elaborada pela comissão processante, quanto à aplicação da sanção de advertência, com fulcro no art. 78-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, visto que a referida sanção se mostra adequada, necessária, proporcional à conduta infracional e em estrita consonância com o interesse público.

#### 4. ANÁLISE TÉCNICA

4.1. Como exposto pela comissão, a regulada IVAIR CAETANO DO NASCIMENTO, CNPJ nº 05.768.137/0001-04, é detentora do TAR J004, em situação "Não habilitada", conforme sistema SISHAB, e encontra-se em situação cadastral "Inapta" junto à Receita Federal do Brasil.

4.2. Em 20 de outubro de 2023, foi publicada a [Portaria SUFIS nº 52/2023](#), que aplicou medida cautelar de suspensão de todas as linhas da regulada.

4.3. Em consulta ao Sistema de Gerenciamento de Permissões - SGP, consta uma linha base à empresa, autorizada por decisão judicial, inativa.

4.4. Do histórico da empresa no SGP, consta o registro da paralisação da linha em 30/10/2023, por efeito da medida cautelar aplicada pela Portaria SUFIS nº 52/2023.

4.5. Em absoluta consonância com as análises fática e jurídica efetuadas, observa-se que a regulada, ao deixar de cumprir seu dever administrativo de enviar os dados de Monitriip relativos às viagens às quais se encontrava autorizada e obrigada a operar, incorreu em infração de natureza grave. Não obstante as fundamentações já trazidas pela Comissão Processante para tal imputação, tem-se evidente que a implantação do Monitriip e o respectivo envio de dados permite a esta entidade reguladora o monitoramento dos serviços delegados, possibilitando a aferição remota do cumprimento ou descumprimento de diversas obrigações a que se vinculam os agentes regulados, tais como, mas não somente, aquelas relativas:

- a) à execução das viagens a que se encontra obrigada;
- b) à não execução de operações e serviços aos quais não detém autorização;
- c) ao cumprimento de legislação atinente à jornada de trabalho dos motoristas;
- d) à alteração do esquema operacional de linha;
- e) à velocidade do veículo em serviço;
- f) à utilização de veículo sem aferição de cronotacógrafo válida;
- g) à execução de serviço mediante o uso de ônibus sem apólice de seguro de responsabilidade civil vigente.

4.6. A regulada, até outubro de 2023, não informou quaisquer dados relativos a viagens operadas, do recorte verificado da consulta ao relatório de monitoramento Monitriip - SUFIS/GEAPE/COECO.

4.7. O monitoramento das atividades delegadas, efetuado por meio de acesso a dados e sistemas, é ferramenta regulatória relevante para a redução de assimetria de informação. Permite à Administração Pública efetuar a análise dos serviços de maneira otimizada, mitigando-se substancialmente o dispêndio de recursos financeiros e humanos decorrentes do deslocamento dos agentes para a execução de operações presenciais. Proporciona ganhos de escala, pois a quantidade de dados abarcados pelo monitoramento pode ser expressivamente elevada, de maneira que o regulador consegue alcançar um diagnóstico dos serviços baseado em amostragens maiores, as quais permitem a efetuação de recortes de acordo com as subcaracterísticas dos grupos acerca dos quais se pretende obter um diagnóstico, possibilitando, portanto, melhor direcionamento das ações regulatórias, em conformidade com o princípio da eficiência esculpido no artigo 37 da [Constituição Federal/1988](#).

4.8. Nota-se que, tal qual já cabalmente demonstrado pela Comissão Processante, a conduta da regulada é, de fato, profundamente atentatória aos princípios da legalidade, da eficiência, da supremacia e da indisponibilidade do interesse público, já que cria dificuldades e óbices para o acesso da fiscalização às informações relativas ao serviço operado e à mitigação dos riscos inerentes às falhas na prestação. Além disso, acaba por onerar o Estado com despesas evitáveis, destinadas à execução de operações fiscalizatórias presenciais para a verificação de situações que poderiam ser monitoráveis por meio da análise de dados do Monitriip.

4.9. **Resta certo que a regulada, ao não efetuar o envio de dados de Monitriip à ANTT, incorreu em infração de natureza grave e descumpriu requisito essencial, insuperável e indispensável às operações que lhe foram outorgadas, cabendo citar trechos do PARECER n. 00364/2022/PF-ANTT/PGF/AGU, de 16 de dezembro de 2022, de forma a embasar eventual restrição de sanção a mercados.**

4.10. Entende-se, pois, que, pelo objeto do processo em comento e pelo conteúdo exarado no parecer supracitado, eventual penalidade de cassação deve-se dar em relação à linha indicada e respectivo mercado acerca do qual restou descumprida a obrigação de envio dos dados de Monitriip, requisito para operação de linhas, caracterizando o cometimento de infração de natureza grave.

4.11. Nesse sentido, entende-se pela adequação da sugestão à Diretoria Colegiada da ANTT, elaborada pela Comissão Processante, quanto à aplicação da **sanção de cassação dos atos de outorga do direito de operação da linha Nova Belém (MG) - Vitória (ES), prefixo 06-9316-00, e respectivos mercados, com fulcro no art. 78-H da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.**

4.12. Também entende-se adequada a sugestão de que sejam os autos encaminhados à Superintendência de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros - SUFIS, a fim de que essa unidade organizacional adote as providências necessárias e pertinentes à lavratura dos autos de infração decorrentes do não envio de dados de Monitriip relativos às viagens a que a empresa se encontrou obrigada a executar entre **01/01/2023 e 31/07/2023**, tendo em vista sua incidência na conduta disposta no artigo 1º, inciso II, alínea "a" da [Resolução ANTT nº 233/2003](#).

4.13. Tendo em vista tratar-se de linha autorizada por decisão judicial, em caso de aplicação da sanção ora sugerida, sejam os autos encaminhados à Procuradoria Federal junto à ANTT, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis no bojo do processo judicial em que tal decisão foi exarada.

## 5. DA PROPOSIÇÃO FINAL

5.1. Pelo exposto, e por tudo mais que nos autos consta, acolhendo a proposta encaminhada pelo relatório final da CPA, VOTO por:

- a) aplicar à empresa Ivair Caetano do Nascimento, CNPJ nº 05.768.137/0001-04, a sanção de cassação do ato de outorga do direito de operação da linha Nova Belém (MG) - Vitória (ES), prefixo 06-9316-00, e respectivos mercados, com fulcro no artigo 78-H da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;
- b) encaminhar os autos à Superintendência de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros - SUFIS, a fim de que essa unidade organizacional adote as providências necessárias e pertinentes à lavratura dos autos de infração decorrentes do não envio de dados de Monitriip relativos às viagens a que a empresa Ivair Caetano do Nascimento, CNPJ nº 05.768.137/0001-04, se encontrou obrigada a executar entre 01/01/2023 e 31/07/2023, tendo em vista sua incidência na conduta disposta no artigo 1º, inciso II, alínea "a" da Resolução ANTT nº 233/2003;
- c) encaminhar os autos à Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres a fim de que adote as providências que entender pertinentes para a eventual apresentação dos achados do processo administrativo ordinário 50500.365002/2023-83 ao juízo competente;
- d) determinar à Superintendência de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros – SUFIS que notifique a interessada acerca dos termos da decisão adotada.

Brasília, 25 de julho de 2024.

Lucas Asfor Rocha Lima  
DIRETOR



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ASFOR ROCHA LIMA**, **Diretor**, em 25/07/2024, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **24826290** e o código CRC **08E7137C**.

Referência: Processo nº 50500.365002/2023-83

SEI nº 24826290

St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Telefone Sede: 61 3410-1000 Ouvidoria ANTT: 166

CEP 70200-003 Brasília/DF - [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br)